

Telejornalismo e racionalidade neoliberal: A abordagem do Jornal Hoje sobre a Reforma da Previdência¹

Gabriela Schmalfluss BORGES²
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS

Resumo

Tendo em vista que as alterações no modelo de Previdência Social brasileiro, propostas pela Reforma da Previdência, atingirão profundamente o futuro social e econômico do país o presente artigo propõe uma discussão sobre a abordagem deste tema pelo Jornal Hoje, da Rede Globo. Para isso, serão analisadas as edições do telejornal entre os dias 25 e 28 de fevereiro. O espaço de tempo compreende o período em que o Jornal Hoje exibiria uma série de reportagens sobre a Reforma, com o objetivo de explicar as mudanças previstas. A intenção desta pesquisa, que ainda está em andamento, é oportunizar uma reflexão sobre o avanço da racionalidade neoliberal e os sentidos produzidos a partir da angulação do telejornal sobre determinados fatos.

Palavras-chave

Telejornalismo; Neoliberalismo; Rede Globo; Reforma da Previdência; Jornal Hoje.

A Reforma da Previdência no Brasil

A Reforma da Previdência é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que está em tramitação desde 2016, criada na gestão de Michel Temer. Trata-se de um conjunto de mudanças nas regras atuais da Previdência, como aumento da idade mínima para aposentar-se e no tempo de contribuição mínimo para o INSS.

O argumento utilizado para estas alterações é o de que haveria um suposto déficit previdenciário no Brasil, uma vez que a população tem vivido cada vez mais e o número de aposentados e dependentes do auxílio cresceu exponencialmente. Manifestações de diversos movimentos sociais, entretanto, frearam o andamento do projeto até o fim do governo de Temer.

Ao assumir o posto de presidente da república, em janeiro deste ano, Jair Bolsonaro pautou novamente o assunto, acrescentando novos itens ao projeto anterior, o que ele e sua equipe intitulam como “Nova Previdência”. As alterações sugeridas por Bolsonaro, em

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019

² Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas, e-mail: gabischmalfluss@gmail.com

documento entregue à Câmara dos Deputados em 20 de fevereiro³, endurecem ainda mais a Reforma.

Enquanto o texto de Temer propunha idades mínimas para se aposentar de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres em uma transição de 20 anos, Bolsonaro pretende diminuir o período de transição para 12 anos e criar um gatilho que torne possível elevar a idade mínima a cada 4 anos. O projeto também aumenta para 60 anos a idade mínima para professores/as e trabalhadores/as rurais e passa a exigir o pagamento do INSS dos homens e mulheres do campo. Além disso, chamam atenção as mudanças previstas para aposentados de baixa renda, que poderão receber somente R\$400,00 caso cheguem aos 65 anos sem o tempo mínimo de contribuição ao sistema, e as alterações para beneficiários de pensão por morte, que deverão optar por receber sua própria aposentadoria ou do cônjuge falecido.

É de se perceber as incongruências entre a proposta geral de Reforma da Previdência e a proposta de Reforma da Previdência para militares, enviada por Bolsonaro em 20 de março após pressão popular. Ao mesmo tempo em que o governo sugere um aumento na alíquota de recolhimento da previdência (de 7,5% para 10,5%), aumenta salários e estabelece novas funções para a categoria, como forma de compensar as novas regras. Na prática, a previsão é que a reforma proporcione uma economia de R\$ 97 bilhões em dez anos levando em consideração os salários e cargos de hoje, porém a readequação de carreira ocasionaria um gasto de R\$ 87 bilhões aos cofres públicos, gerando um saldo positivo de R\$ 10 bilhões.

Em meio a este cenário, dados oficiais⁴ apontam que até novembro de 2018 o rombo na previdência dos militares das Forças Armadas foi o que mais cresceu em relação à 2017, com aumento de 12,8%, enquanto o déficit dos servidores civis da União teve alta de 5,22% e o INSS, 7,2%.

Igualmente, importante destacar que a proposta de Bolsonaro é amplamente baseada em um modelo de capitalização⁵, em que cada trabalhador faz a própria poupança, que é depositada em uma conta individual. Desta forma, o benefício deixa a ter como base de

³Disponível em <www.oglobo.globo.com/economia/reforma-da-previdencia-entenda-proposta-em-22-pontos-19744743> Acesso em 10 mar 2019

⁴ Disponível em <<https://exame.abril.com.br/economia/rombo-da-previdencia-de-militares-cresce-mais-que-deficit-do-inss/>> Acesso em 10 mar 2019

⁵Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/09/reforma-da-previdencia-capitalizacao-paulo-guedes-bolsonaro-aposentadoria.htm>> Acesso em 10 mar 2019

referência o salário mínimo, pois o governo deixaria de cobrir o que falta, sem a garantia de um piso. A proposta segue os preceitos de uma agenda neoliberal que se manifesta a nível global e se constitui, muito além de uma doutrina econômica ou ideológica, como uma nova racionalidade de mundo.

A ideologia dos meios de comunicação e a manutenção da hegemonia

Para pensar a produção de sentidos dos produtos midiáticos, é necessário, primeiramente, refletir sobre a ideologia dos meios de comunicação. De acordo com a filósofa Marilena Chauí (2008) o termo “ideologia” aparece pela primeira vez na França, no início do século 17. Porém, o conceito começa a se expandir a partir dos estudos de Marx e Engels, principalmente após a publicação do livro “A Ideologia Alemã”, onde os autores se dedicam a caracterizar o termo.

Chauí explica que para Marx e Engels, o conceito teria um viés econômico e corresponderia ao conjunto de ideias da classe dominante que obtém predominância em determinado espaço de tempo da história. Os autores enxergam a ideologia como um conjunto de ideias responsável por manter a estrutura social vigente, caracterizado, nesse caso, pelos capitalistas. Dessa forma, esse apanhado de ideias manteria a dominação da classe operária, legitimando discursos e fazendo com que os interesses particulares da classe dominante fossem entendidos como interesses de toda a sociedade.

Para o sociólogo John Thompson (2011), a ideologia se relaciona a uma determinada estrutura social, na qual está inserida e a constitui. Ou seja, seria um sentido a serviço do poder. Segundo ele, o conceito de ideologia pode ser usado “para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas” (THOMPSON, 2011, p. 16).

Essa ideologia presente nos meios de comunicação que determinaria, para Porcello (2005), a grande exposição de determinados temas e a ausência de outros, mesmo que estes interessem ao público em geral. Segundo o autor

A TV é uma grande máquina de contar histórias. Não que ela as invente, mas certo que ela as enfeita conforme suas conveniências políticas, ideológicas ou empresariais. Os retratos do mundo que nos são mostrados todos os dias pela TV constituem o mosaico com o qual tomamos conhecimento do que está acontecendo (PORCELLO, 2005, p. 41).

Estes aspectos ideológicos, responsáveis pela manutenção do domínio de uma classe social sobre a outra, é o que italiano Antonio Gramsci entende como hegemonia.

Gramsci acreditava que a sociedade se mantém a partir de um conjunto entre forças hegemônicas e contra hegemônicas, em disputa constante por uma liderança ideológica e cultural. Conforme apontamentos de Dênis de Moraes (2016), Gramsci entendia também que o bloco hegemônico se mantinha no poder conservando e agregando apoio consistente às suas orientações, tanto na esfera política, com aparelhos legais de coerção, como as forças armadas e policiais; como na esfera da sociedade civil, na qual uma série de instituições como os meios de comunicação, a Igreja, o sistema escolar e os partidos políticos seriam responsáveis pela elaboração e difusão concepções de mundo alinhadas ao pensamento vigente, estabelecendo um consenso.

No contexto midiático, é possível perceber que a hegemonia e o consenso que Gramsci se referia estão presentes nos veículos brasileiros quando lembramos que apenas onze famílias controlam os principais meios de comunicação do país. Os grupos de comunicação mais influentes do Brasil, portanto, são geridos por famílias que atuam com o mesmo pensamento, inseridas em um mesmo contexto social, com poucas variações. Logo, levando em consideração o local de fala dos responsáveis pela comunicação brasileira, seria utópico pensar que um discurso que rompesse com a classe burguesa e com o modo de viver capitalista seria veiculado em suas produções. Os conteúdos exibidos nestes veículos se tornam, portanto, apenas uma forma de reprodução e manutenção da compreensão de mundo hegemônica.

Na maior parte das sociedades do Ocidente, a mídia é o principal instrumento adotado para a reprodução de valores culturais e ideológicos indispensáveis para a manutenção do poder da burguesia sobre as demais classes sociais, assumindo o papel que antes era ocupado pela família, pela Igreja ou pela Escola. Essa autoridade conferida à mídia é o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) entende como poder simbólico. O autor defende que o poder simbólico é um poder que se deixa ver menos ou que é até mesmo invisível, não se manifestando de forma física, mas tem um impacto tão forte quanto. Segundo Bourdieu (1989), ele surge nas entrelinhas, permeando outros poderes e atos, e se utilizando de instrumentos como a língua, a arte e a religião como sistemas de dominação. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

O autor valoriza uma problemática ampla, de ordem sociocultural, onde o jornalismo pode ser entendido como uma peça-chave nos processos de construção simbólica do cotidiano. Ele afirma que a busca do meio por audiência coloca em perigo não só as diferentes esferas de produção cultural, como também a política e a democracia, e espera que aquilo “que poderia ter se tornado um extraordinário instrumento de democracia direta não se converta em instrumento de opressão simbólica” (BOURDIEU, 1996, p.13).

Bourdieu (1996) fala que o meio televisivo pode ocultar mostrando, fazendo com que um assunto se torne irrelevante a partir de sua angulação, ou seja, quando mostra uma coisa diferente do que deveria mostrar, de um jeito insignificante ou mesmo com outro sentido. Além disso, aponta que as mediações entre a televisão e seus patrocinadores é um exemplo de fator que pode influenciar a cobertura jornalística sobre a informação. Para Fábio Cruz (2006) podemos perceber isto quando a cultura midiática divulga determinado fato, porém direciona o enfoque da notícia segundo os interesses particulares, estabelecendo dessa forma a ideologia das classes dominantes através do poder simbólico.

Além disso, a maior abrangência dos meios de comunicação, vendendo a ideia de isenção no jornalismo, também estimularam o pensamento coletivo de que a mídia (principalmente a televisão), seria um "espelho da realidade", ou uma "janela para o mundo". Dessa forma, os veículos constroem suas produções a partir de interesses políticos e de mercado, mas tentam passar ao público o sentimento de percepção completa da realidade.

Racionalidade Neoliberal no Telejornalismo

Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo é uma nova racionalidade sobre o mundo, que vem transformando profundamente as sociedades desde os anos 70. No sistema neoliberal, o Estado deixa de prezar pelo bem-estar social da população e passa a estimular a competitividade dos indivíduos para atender exigências econômicas do grande capital. Incorpora-se, assim, uma cultura da competência, na qual cada cidadão enxerga a si próprio enquanto uma “empresa” que tem a necessidade de ser produtiva.

Os teóricos apontam que no neoliberalismo, a concepção dos bens públicos e os princípios de sua distribuição é afetada.

As categorias da gestão tendem, nesse sentido, a ocupar o lugar dos princípios simbólicos comuns que até então se encontravam no fundamento da cidadania. A única questão autorizada no debate público é a da capacidade de levar a cabo “reformas” cujo sentido não é explicitado, sem que se saiba muito bem

quais resultados se tenta obter por essa ação sobre a sociedade (DARDOT & LAVAL, p. 380, 2016).

Direitos básicos ligados à cidadania passam a ser questionados, como o direito à proteção social. Segundo Dardot e Laval (2016), estas garantias deixam de ser oferecidas caso não haja uma “contrapartida”, nivelando os indivíduos a partir de graus de merecimento.

Tendo em vista que a mídia cumpre um papel relevante como formadora de opinião, estimulando o saber e o posicionamento coletivo sobre determinados assuntos, devemos pensar o papel que a comunicação televisiva assume neste cenário, ao legitimar e sustentar ideologicamente o neoliberalismo a partir de suas produções.

Segundo Dênis de Moraes (2002), são os meios de comunicação que constroem socialmente um ambiente favorável à implantação da agenda neoliberal, “fazendo setores influentes da opinião pública acreditarem que não há alternativa socioeconômica fora dos pressupostos neoliberais” (p.8, 2002). O autor fala da capacidade da mídia em “fabricar um consenso” sobre a suposta superioridade das economias abertas e globalizadas ao estabelecer um pensamento único sobre o tema, ocultando intencionalmente as desigualdades e exclusões geradas por esse sistema.

O discurso proferido pelo telejornal age na construção de valores, crenças e costumes. Assim, a angulação do fato relatado define a sua inserção na sociedade e de que forma esse tema será tratado pelo receptor. Segundo Dominique Wolton (2012), o jornalismo de televisão atuaria “para unir indivíduos e públicos que de um outro ponto de vista tudo separa e lhes oferecer a possibilidade de participar de uma atividade coletiva” (WOLTON, 2012, p. 68).

Para Guilherme Rezende (2000), o telejornalismo “cumprir uma função social e política” por atingir um “público, em grande parte iletrado ou pouco habituado à leitura, desinteressado pela notícia, mas que tem de vê-la, enquanto espera a novela” (p. 24), ocupando um lugar privilegiado entre os outros meios de comunicação.

Nos países que dispõem de meios alternativos de lazer e informação, comunicação televisiva divide a preferência do público com os jornais, as revistas, os livros, o rádio, o cinema e, nos últimos tempos, com a Internet. Entretanto, no caso brasileiro, a TV não é apenas um veículo do sistema nacional de comunicação. Ela desfruta de um prestígio tão considerável que assume a condição de única via de acesso às notícias e ao entretenimento para grande parte da população (REZENDE, 2000, p. 23). Segundo Rezende (2000), fatores como a má distribuição

de renda do Brasil, junto ao baixo nível educacional da população, à presença de grandes corporações midiáticas, à repressão sofrida ao longo do período ditatorial e inclusive, à alta qualidade da teledramaturgia, contribuíram para que as produções televisivas brasileiras tivessem mais impacto aqui do que em outros países. A partir disso, tem-se no Brasil uma representação simbólica da TV – com destaque aos noticiários – que atuam conservando relações de poder e estabelecendo um controle social no agendamento cultural e político da sociedade.

Logo, é certo que nem tudo que acontece no mundo é notícia no telejornal, seja por falta de tempo, espaço ou interesse. Além disso, o destaque dado para determinados fatos em relação a outros pode ser diferenciado. Neste sentido, é importante avaliar que os telejornais realizam um recorte sobre determinados acontecimentos, lugares ou pessoas, lançando mão de seu olhar vinculado aos seus interesses para contar uma história e produzir a narrativa sobre os acontecimentos.

Estes interesses seriam, muitas vezes, relacionados a posicionamentos político-partidários. De acordo com Flávio Porcello (2008), as emissoras escolhem lados para se posicionarem, utilizando da sua influência, credibilidade e audiência para agir na decisão dos receptores, principalmente, dos eleitores, em épocas de eleições. Segundo o autor, a política e o jornalismo, expressado a partir da televisão, em específico, fariam parte de uma mesma unidade. Para ele, “a política se faz pela TV e a TV faz política, impondo suas afinidades e preferências” (2008, p. 67).

Porcello (2008) indica a existência de uma constante e sistemática troca de benefícios entre governo e meios de comunicação, que, por essa profunda relação, se manteriam lado a lado. Segundo o autor, essa troca de benefícios pode ser percebida quando “os detentores do poder no governo concedem, e os beneficiários das concessões, os proprietários da mídia, retribuem com generosos espaços e apoio ilimitado (PORCELLO, 2008, p. 60). Ele coloca a mídia como o espaço onde a política acontece, afirmando que os telejornais não só elegeram governos, como fizeram parte deles. O pesquisador afirma que “a mídia não está apenas ao lado do poder. Ela é o próprio poder” (PORCELLO, 2008. p. 48).

Dessa forma, o ato comunicacional seria comprometido. Segundo Rezende (2000), quando os telejornais estão atrelados a grandes corporações, empresas patrocinadoras e partidos políticos, é improvável esteja conseguindo cumprir satisfatoriamente sua missão social. Assim, a mídia televisiva, hoje, estaria “motivada muito mais por seus interesses econômicos e

políticos do que pelas necessidades das camadas populares da audiência” (REZENDE, 2000, p. 24).

Procedimentos metodológicos, análise e resultados

A análise deste trabalho se baseia no conteúdo veiculado pelo Jornal Hoje, noticiário diário da Rede Globo, entre os dias 25 e 28 de fevereiro de 2019. O artigo foi desenvolvido a partir da perspectiva de estudo de caso, proposta por Antônio Carlos Gil (2008), pois propõe uma explanação profunda acerca de um objeto em específico, que neste contexto é o Jornal Hoje. O telejornal é exibido de segunda à sábado, no início da tarde, e atualmente é apresentado pelos jornalistas Sandra Annenberg e Dony De Nuccio.

O espaço de tempo específico desta pesquisa foi escolhido em virtude do anúncio de uma série de reportagens sobre a Reforma da Previdência na segunda-feira (25). Na ocasião, Sandra informou que ao longo de toda semana o Jornal Hoje exibiria conteúdos explicando pontos da Reforma e o que mudaria na vida do brasileiro, caso a proposta venha a ser aprovada. A promessa de tornar a complexidade do assunto mais acessível ao público, entretanto, não se realizou. Ao contrário do que Sandra anunciou, o telejornal exibiu apenas duas reportagens sobre o assunto, na segunda (25) e na terça-feira (26). Na quarta-feira (27), o tema de Reforma da Previdência apareceu somente na forma de nota pelada⁶. Na quinta-feira (28), já não há mais menção sobre o assunto.

A primeira reportagem, exibida no dia 25 de fevereiro⁷, tem o total de 03min e explica a mudança nas alíquotas de ICMS a partir do exemplo da empregada doméstica Marlene, entrevistada pela jornalista Flávia Alvarenga. Com o novo cálculo de reforma da previdência, o seu valor mensal de contribuição diminuiria cinco reais, uma vez que a proposta pretende estabelecer novas divisões entre as faixas salariais que já existem. Na reportagem, o secretário da Reforma da Previdência, Leonardo Rolim, explica que a medida trará busca estabelecer “justiça”, uma vez que quem ganha mais, em tese, passará a pagar mais.

A reportagem exibida na edição do dia 26 de fevereiro⁸ tem duração de 02min4s e tema a aposentadoria para trabalhadores rurais. A repórter Flávia Alvarenga informa, logo de

⁶ Conforme José Carlos Aronchi de Souza (2004), a nota pelada baseia-se em um relato de um fato pelo apresentador do telejornal, sem a utilização de imagens.

⁷ Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/7409876/#GLOBOPLAY-LATERAL-NOTICIAS-item-sel-9,recoldstart-section,a5463c7e-80c8-41b5-b51a-39423b3902de>>. Acesso em 03 mai 2019

⁸ Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/7413028/>>. Acesso em 03 mai 2019

início, que segundo o Ministério da Economia, as aposentadorias dos homens e das mulheres do campo são responsáveis por um déficit de 58% na previdência social brasileira, representando 114 bilhões dos 196 bilhões deficitários. As novas regras propõem o estabelecimento de 60 anos como idade mínima para aposentadoria tanto para homens como para mulheres (no modelo atual, mulheres se aposentam com 55 anos), e o aumento de 15 para 20 anos como tempo mínimo de contribuição, para empregados rurais ou trabalhadores individuais. A reportagem segue informando as mudanças previstas para trabalhadores da agricultura familiar, que pelo sistema atual, pagam 1,7% sobre o faturamento total da produção. Com as regras da nova previdência, cada núcleo familiar seria obrigado ao pagamento de R\$600,00 ao ano à previdência, mesmo em situações onde não haja colheita. O conteúdo termina com uma fala do secretário do governo, Leonardo Rolim, afirmando que as mudanças não trarão prejuízos aos contribuintes atuais, uma vez que o sistema de transição permitirá que os agricultores utilizem as regras atuais até 2019 e as novas regras passarão a valer a partir de 2020.

Como já foi citado, no dia 27 de fevereiro⁹ não há reportagem, apenas uma nota pelada da repórter Gioconda Brasil sobre o encontro que ocorria no momento entre o Ministro da Economia, Paulo Guedes, com os presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, respectivamente; e do encontro de Jair Bolsonaro com os deputados, realizado na noite anterior (26). A repórter informa que os deputados cobraram do presidente um maior debate sobre pontos da Reforma, porém enfatiza que tanto Bolsonaro como os parlamentares concordam que “o país precisa que a Reforma da Previdência seja aprovada, senão todos ficarão no prejuízo”.

Já na quinta-feira (28), nenhum conteúdo que faça menção à Reforma é exibido. Notamos que a proposta inicial do telejornal, de possibilitar uma compreensão maior sobre os impactos gerados pelas mudanças, não aconteceu. Analisando o contexto das duas reportagens e da nota pelada, podemos afirmar que o sentido ideológico da produção certamente é pró-Reforma, com um discurso alinhado aos interesses dos grandes empresários. O assunto aparece de maneira superficial e pontos importantes da PEC deixam de ser problematizados, como a proposta de previdência para militares e a vulnerabilidade social que a Reforma traz à população de baixa renda, com a adoção de medidas de austeridade que ferem o direito à proteção social e cidadania.

⁹ Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/7416239/>>. Acesso em 03 mai 2019

O sentido criado com o material veiculado pela emissora é de que não há saída senão a aprovação do projeto. Na primeira reportagem exibida, a angulação escolhida pela equipe para retratar o assunto direciona o telespectador ao entendimento de que a Reforma trará justiça social, pois a alíquota será correspondente ao salário recebido pelo trabalhador. Já no segundo dia, a reportagem indica o trabalhador rural como o principal causador do déficit da previdência. No terceiro dia de análise, a nota da repórter Brasil reafirma a necessidade de aprovação do projeto para a economia brasileira.

Conclusão

Apesar deste estudo ainda estar em fase de desenvolvimento, é possível afirmar que o Jornal Hoje não conseguiu abarcar – seja por decisões internas, ou seja pela complexidade do assunto -, o universo de implicações que envolvem a aprovação da Reforma da Previdência no Brasil. A forma que a equipe do telejornal escolheu para desenvolver o tema, ocultando dados e dando destaque a outros, foi responsável pela construção de um imaginário social acerca da reforma. A ideia que prevaleceu, neste caso, foi a de que a aprovação da PEC é solução para a crise econômica do Brasil.

Aspectos relevantes sobre as mudanças na Previdência não foram abordados, de forma que o telejornal deixou de oferecer subsídios necessários para um debate público consistente. Como resultado, provocou em grande parte de seus telespectadores uma leitura rasa e descontextualizada sobre a realidade, desviando suas atenções para o que era conveniente à empresa e ao capital financeiro. Desta forma, a possibilidade conferida ao telejornal, tendo em vista sua abrangência, de propiciar o debate entre diferentes visões de mundo e ser um elo para garantir a cidadania dos eleitores, não foi cumprida. O noticiário estabelece um discurso sobre a realidade, nos dizendo o que acontece conforme o que quer que aconteça, e privilegiando assim as versões sobre a realidade que vão ao encontro com o que é vantajoso às suas ambições político-ideológicas.

O ato impede que seres políticos, membros de uma sociedade, tenham consciência sobre seu papel social e sobre as coisas que ocorrem no meio em que vivem. Historicamente à serviço do poder, a Rede Globo e neste caso em específico, o Jornal Hoje, age simplificando questões recheadas de complexidades, podendo impedir, a partir disso, a compreensão total das variáveis envolvidas nos acontecimentos e prejudicar a formação da consciência crítica e da opinião individual. Dessa forma, mantém a estrutura vigente, perpetuando-a.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, 2008.

MORAES, Dênis de. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016

MORAES, Denis de. **Mídia e globalização neoliberal**. In: Revista Contracampo. V. 7, 2002. Disponível em: < <http://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/1000>>. Acessado em: 12 de dezembro de 2018

PORCELLO, Flávio. **Mídia e poder: os dois lados de uma mesma moeda**. In: VIZEU, Alfredo. (org.) *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

PORCELLO, Flávio. **Mídia e poder: o que esconde o brilho luminoso da tela da tv?** In: Revista FAMECOS. v. 31, dez 2005. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3397>>. Acessado em: 21 de janeiro de 2019

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Editora Summus, 2000.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WOLTON, Dominique. **Internet e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulinas, 2012